

BOLETM

001/2023

Criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal

Governo do Estado de Goiás

Ronaldo Ramos Caiado

Secretaria-Geral de Governo

Adriano da Rocha Lima

Diretor-Executivo

Erik Alencar de Figueiredo

Assessor-Executivo

Alex Felipe Rodrigues Lima

Superintendência de Inteligência de Dados e Geotecnologias

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Superintendência de Estudos e Projeções Macroeconômicas

Carlos Eduardo de Freitas

Gerência de Estudos sobre Pobreza e Desigualdades

Evelyn de Castro Cruvinel

Colaboradores

Alex Felipe Rodrigues Lima

Evelyn de Castro Cruvinel

Capa e Diagramação

Ricceli Alencar Cardoso

Revisão

Ana Luíza de Souza Pereira Carvalho

Todos os direitos deste trabalho reservados ao Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica), Setor Central (Antiga Chefatura de Polícia), Goiânia – GO.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do IMB estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: <https://www.imb.go.gov.br>

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

LIMA, A. F. R.; CRUVINEL, E. C.

Criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2023.

Índices para catálogo sistemático:

1. Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal.
2. Desenvolvimento Regional.
3. Diagnóstico socioeconômico

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O governador Ronaldo Caiado sancionou no último dia 05 de janeiro de 2023 a lei complementar nº 181 que cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME).
- A medida tem como objetivo a busca de soluções para problemas históricos da região, em especial a gestão do transporte público interestadual.
- Tal integração demanda uma atuação coordenada dos entes federativos envolvidos, em um esforço de gestão compartilhada.
- Contudo, os desafios da região não se restringem à mobilidade urbana.
- Com base em evidências teóricas e empíricas presentes na literatura, foram elencados os principais benefícios econômicos gerados por uma governança metropolitana no longo prazo, dentre os quais está o aumento da produtividade e da geração de renda.
- Nesse sentido, a criação da RME pode gerar uma série de ganhos econômicos aos seus habitantes, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento.
- Considerando uma análise dos municípios da Região Metropolitana
- Possuem 17,2% da população do Estado de Goiás, mas geraram apenas 9,2% do PIB do Estado em 2020.
- Na maioria dos municípios a atividade econômica de principal destaque é a Administração Pública.
- Dentre as regiões do Estado, a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) possui:
 - Maior taxa de pobreza e extrema pobreza;
 - Maior Taxa de Desocupação e Informalidade;
 - Maior proporção de desocupados que procuram emprego há dois anos ou mais.
- Estima-se um fluxo diário de 173.313 trabalhadores entre os municípios da RME e Distrito Federal. Além disso, 271.562 pessoas da região utilizam os serviços de saúde e 20.348 pessoas estudam na rede pública do DF.

INTRODUÇÃO

A lei complementar nº 181, sancionada pelo governador Ronaldo Caiado, cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME). O texto prevê ações integradas entre os governos de Goiás e do Distrito Federal e a União para a busca de soluções de problemas históricos que afetam os municípios da região, tais como mobilidade urbana, saúde, saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, entre outros. A criação da RME contempla, ainda, a instituição do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano do Entorno do Distrito Federal (Coderme), com Câmaras Temáticas que se dedicarão à discussão, proposição de soluções e implementação de ações que visem à melhoria comum dos municípios integrantes da região metropolitana.

Os prováveis benefícios econômicos dessa medida, ao longo prazo, podem ser entendidos a partir do conceito das Economias de Aglomeração, tema amplamente discutido na literatura econômica. O termo diz respeito às externalidades positivas que surgem com a concentração de atividades produtivas em determinadas localidades. Segundo Marshall (1920), tal concentração deriva da existência das chamadas Economias Internas, que beneficiam diretamente as firmas das regiões, como a redução de custos e o aumento da produtividade, e do transbordamento de benefícios externos às firmas, como a transferência de conhecimento, a expansão do mercado de trabalho e o impulsionamento de outros setores das localidades ligados às indústrias concentradas geograficamente.

Juntamente ao aumento da escala de urbanização destas áreas, tal processo gera repercussões em indicadores sociais, como a educação, a pobreza e a desigualdade. Recentemente, Van Maarseveen (2021) mostrou que adultos cuja infância fora vivenciada em ambientes urbanos obtiveram maiores ganhos salariais, uma vez que apresentaram melhor desempenho escolar à época e hoje possuem maior grau de instrução.

Lembcke, Schumann e Ahrend (2016), como solução aos problemas decorrentes da fragmentação administrativa, falam em fusão de municípios ou em medidas alternativas mais simples, como a criação de uma área metropolitana. Segundo os autores, a governança metropolitana reduz os custos associados à coordenação de múltiplos entes locais, além de gerar benefícios às populações. Áreas metropolitanas são, em geral, mais produtivas do que aglomerações urbanas menores e áreas rurais. Em parte, isso se deve a níveis mais elevados de capital humano, maior média de escolaridade e qualificação de seus moradores, o que se reflete em maiores níveis de produtividade.

Um estudo produzido por Ahrend et al (2014) quantificou estes benefícios ao estimar o efeito de áreas metropolitanas sobre a produtividade em cinco países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Alemanha, México, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos).

Os autores concluem que a alta fragmentação de aglomerações urbanas em várias cidades reduziu a produtividade das regiões em cerca de 6%, reduzindo, assim, as externalidades positivas da aglomeração. A presença de uma autoridade ou órgão de governança metropolitana, porém, conseguiu diminuir esse efeito negativo pela metade. A pesquisa mostrou, também, que a satisfação dos residentes com o transporte público em áreas metropolitanas com uma autoridade de transporte metropolitana é 14 pontos percentuais maior e a poluição do ar é significativamente menor.

No entanto, o crescimento das cidades traz consigo custos, como os problemas enfrentados pelos municípios da agora RME, já citados anteriormente. Nesse sentido, mais que a aglomeração urbana, um outro fator pode ser fundamental: a governança metropolitana. A forma como tais regiões são administradas pode ser determinante para a qualidade de vida de seus habitantes, aumentando seus benefícios e atenuando os seus custos.

Portanto, o Governo de Goiás, ao criar a Região Metropolitana do Entorno do DF, pode levar os municípios que dela fazem parte em direção à solução dos problemas urbanos existentes, mas principalmente à criação de um círculo virtuoso de ganhos econômicos envolvendo maior emprego, maior produtividade, geração de renda, melhorias na educação, redução da pobreza e da desigualdade.

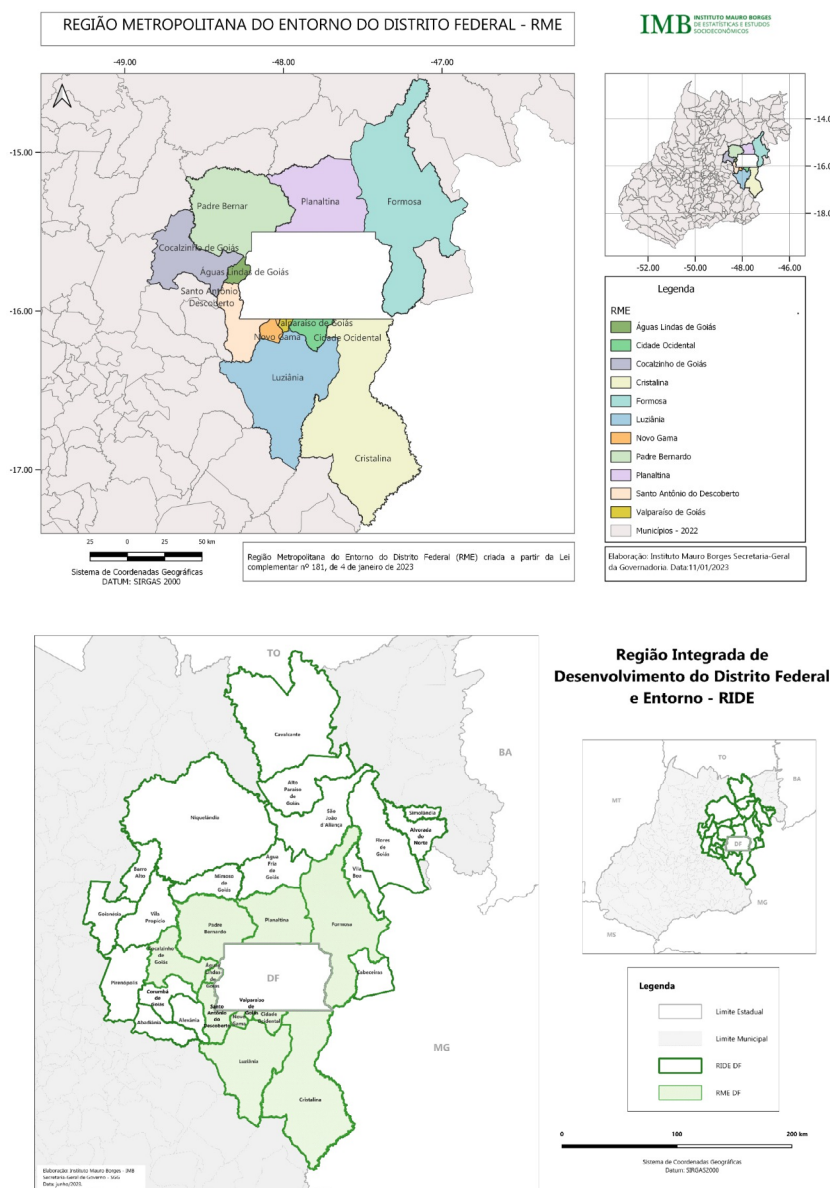
Ademais, dada a situação da região, a atual gestão mostrou grande atenção e criou a Secretaria de Estado do Entorno, por meio da Lei Nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023. A pasta tem entre suas atribuições o assessoramento aos municípios do Entorno do Distrito Federal para tornar mais eficiente o relacionamento com órgãos estaduais e federais, bem como a identificação de programas e projetos em qualquer esfera administrativa que possam ser direcionados para o atendimento das necessidades da região. Além disso, compete à secretaria levantar, organizar e manter atualizados os dados sobre as atividades econômicas, sociais e ambientais, assim como a elaboração de estudos para a promoção do desenvolvimento do entorno do Distrito Federal.

Dessa forma, esta nota tem o objetivo, também, de realizar um diagnóstico dos municípios dessa região, de modo a revelar a situação atual dos principais indicadores socioeconômicos. Em suma, estas estatísticas mostram que os municípios do entorno do DF possuem desafios importantes para a melhoria de seus indicadores socioeconômicos. E, dado tal contexto, a criação da RME pode representar um primeiro passo em direção ao desenvolvimento da região, para além da resolução das questões de mobilidade e meio ambiente.

DIAGNÓSTICO

Ressalta-se que o breve diagnóstico realizado nesta nota apresenta, em alguns casos, os municípios que estão considerados na Região Metropolitana do Entorno (RME) e em outros casos a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). Isso se deve ao fato de algumas informações não apresentarem abertura para município. Dessa forma, foram selecionados indicadores relacionados aos aspectos econômicos, sociais, do mercado de trabalho, saneamento básico, saúde, educação, entre outros.

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal - RME.



Fonte: Instituto Mauro Borges

ASPECTOS ECONÔMICOS

A Figura 1 apresenta os municípios que compõem a RME. São eles: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Em linhas gerais, os municípios pertencentes à RME, somados, possuem 17,2% da população do Estado de Goiás, mas geram apenas 9,2% do PIB do Estado. Com exceção de Cristalina, todos os demais municípios possuem PIB per capita inferior à média estadual. Dos 11 municípios, sete possuem uma dependência da administração pública superior a 27%, tornando a administração pública a atividade principal desses municípios.

Tabela 1 - População, PIB e PIB Per Capita - RME e Estado de Goiás.

Nome	População		PIB		Atividade principal do PIB	VA/APU* (R\$ mil)	% APU no VA	PIB per capita
	Total	%	Total	%				
Águas Lindas de Goiás	208.892	3,0	2.088.754	0,9	Administração Pública	840.680	43,9	9.595
Cidade Ocidental	84.581	1,2	860.695	0,4	Administração Pública	311.225	38,70	11.808
Cocalzinho de Goiás	24.018	0,3	370.991	0,2	Administração Pública	96.846	27,71	18.094
Cristalina	58.940	0,8	3.345.354	1,5	Agricultura*	312.657	10,1	55.561
Formosa	112.542	1,6	2.738.680	1,2	Demais serviços	526.664	21,5	22.143
Luziânia	196.416	2,8	4.769.559	2,1	Demais serviços	844.447	19,4	22.550
Novo Gama	97.976	1,4	1.074.962	0,5	Administração Pública	455.869	46,2	9.133
Padre Bernardo	34.314	0,5	757.756	0,3	Agricultura*	152.682	21,2	22.009
Planaltina	108.846	1,6	1.276.695	0,6	Administração Pública	443.803	37,6	14.085
Santo Antônio do Descoberto	68.854	1,0	747.938	0,3	Administração Pública	340.063	48,7	9.863
Valparaíso de Goiás	196.967	2,8	2.688.974	1,2	Administração Pública	753.567	31,0	15.621
RME	1.192.346	17,2	20.720.358	9,2	Demais serviços	-	-	-
Total RIDE								
Estado de Goiás	6.950.976	100,0	224.126.112	100,0	-	-	-	31.507

* VA - Valor Adicionado; APU - Administração Pública; Administração Pública contempla as atividades de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; *, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita

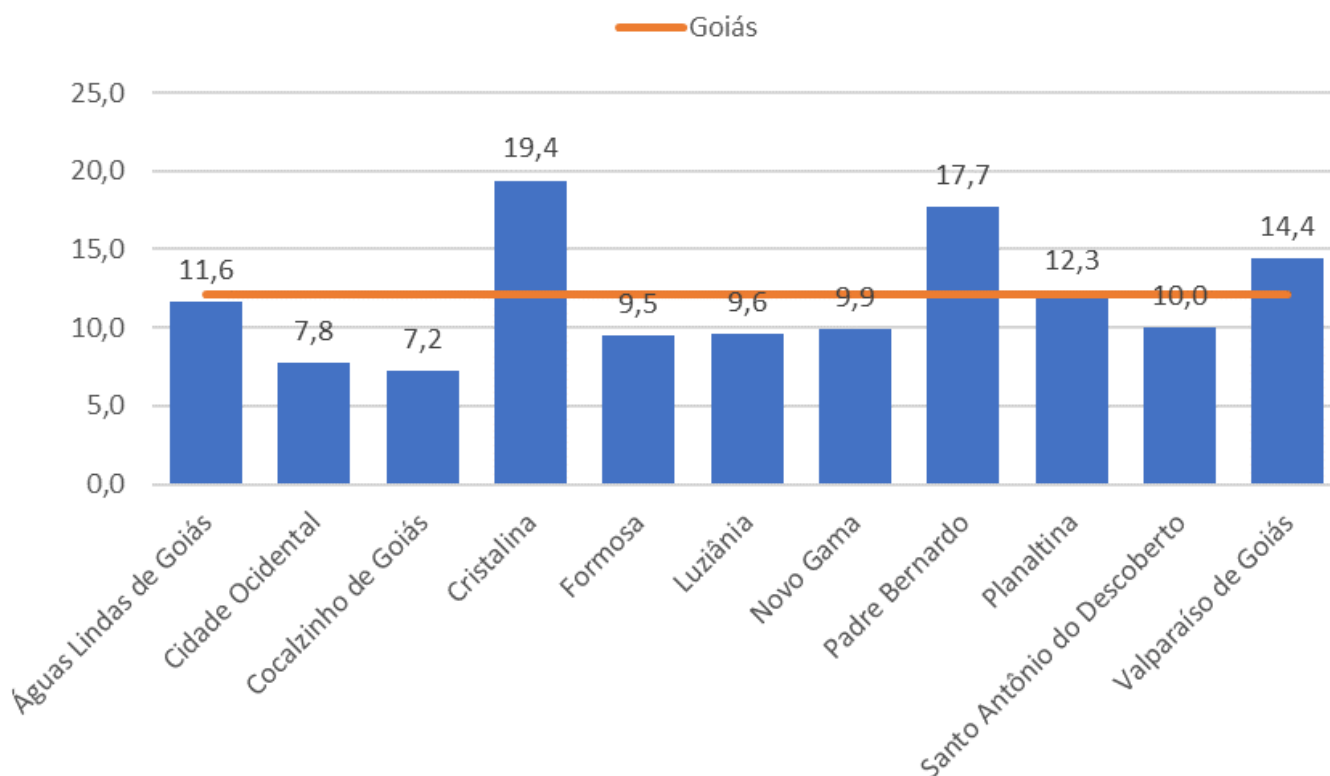
ASPECTOS DE SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil é um indicador muito importante de saúde pública e condições de vida de uma população, pois estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida.

Desse modo, a Figura 2 apresenta o valor desse indicador no Estado de Goiás e nos municípios da RME para o ano de 2021. Neste ano a média goiana foi de 12,1 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. Nota-se que apenas três municípios da RME - Cristalina, Padre Bernardo e Valparaíso - possuem taxa de mortalidade infantil superior à média do Estado. Esses três municípios possuem resultados próximos dos verificados para o norte e nordeste do país, Amapá (19,9), Roraima (19,4), Acre (17,8) e Bahia (14,9) e Amazonas (14,8), que apresentam as cinco taxas mais altas.

Entretanto, os municípios de Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Formosa e Luziânia possuem resultados próximos aos observados no Sul do país, Santa Catarina (9,2), Paraná (9,5) e Rio Grande do Sul (9,6), que são as três menores taxas. Contudo, é importante destacar que em todo o país há subnotificação de eventos de óbitos infantis e de nascimentos, o que pode influenciar nos resultados.

Figura 2 - Taxa de Mortalidade Infantil - 2021*



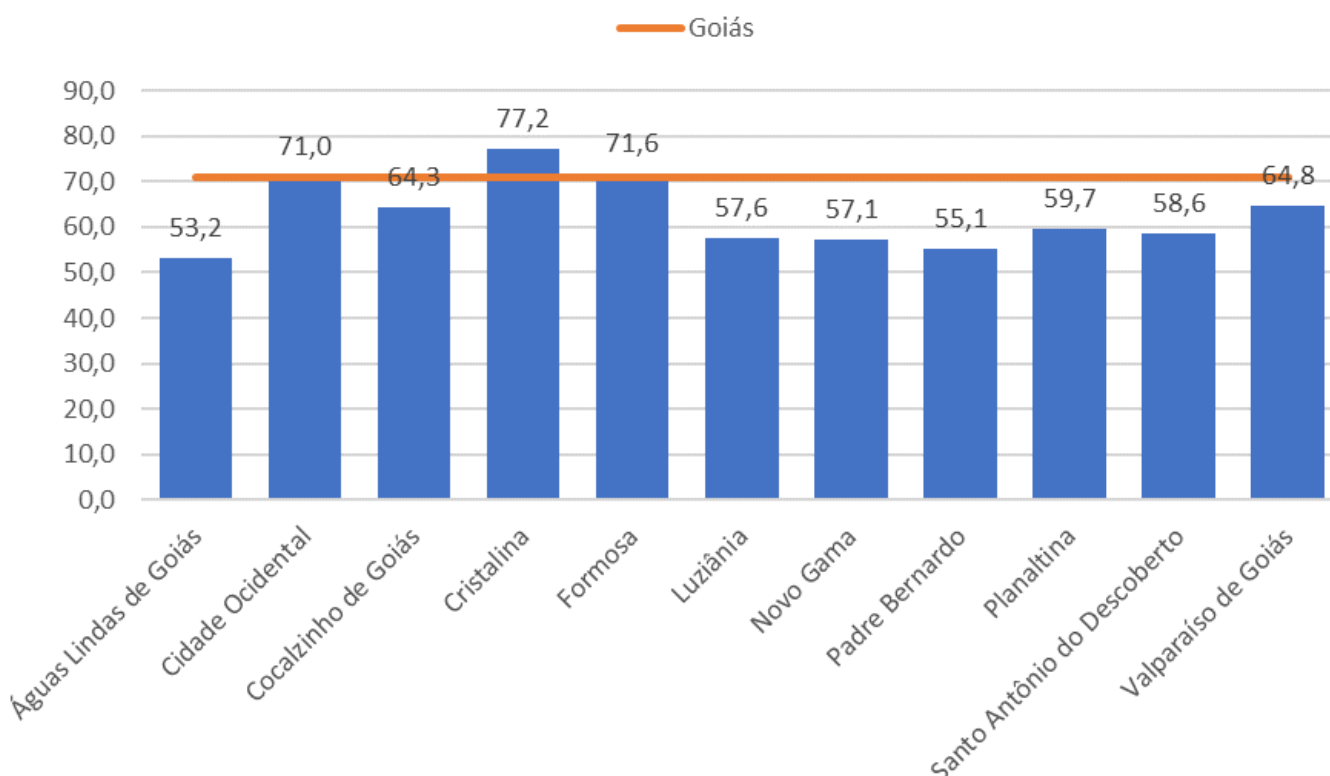
Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC /MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Nota: Dados preliminares (consulta realizada em 06/06/23)

Outro importante indicador de saúde pública é a proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. Esse indicador tem o objetivo de medir o grau de atendimento à gestante nos serviços de saúde, pois a realização do pré-natal é fundamental para prevenir e/ou detectar precocemente patologias maternas e fetais, proporcionando um desenvolvimento mais saudável do bebê e reduzindo os riscos para a gestante.

Em 2021, em Goiás, 71,0% das mães com nascidos vivos realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. Nota-se que a maioria dos municípios da RME possui percentuais muito abaixo do verificado para o Estado. Destaca-se o município de Cristalina, em que 77,2% das mães com nascidos vivos realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. Entretanto, esse valor não refletiu na taxa de mortalidade infantil, já que o município obteve a maior taxa do RME para o último indicador. Diferentemente dos municípios de Cidade Ocidental e Formosa, que apresentam uma proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal igual a do Estado, porém com taxas de mortalidade inferiores (Figura 3).

Figura 3 - Proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal - 2021*



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

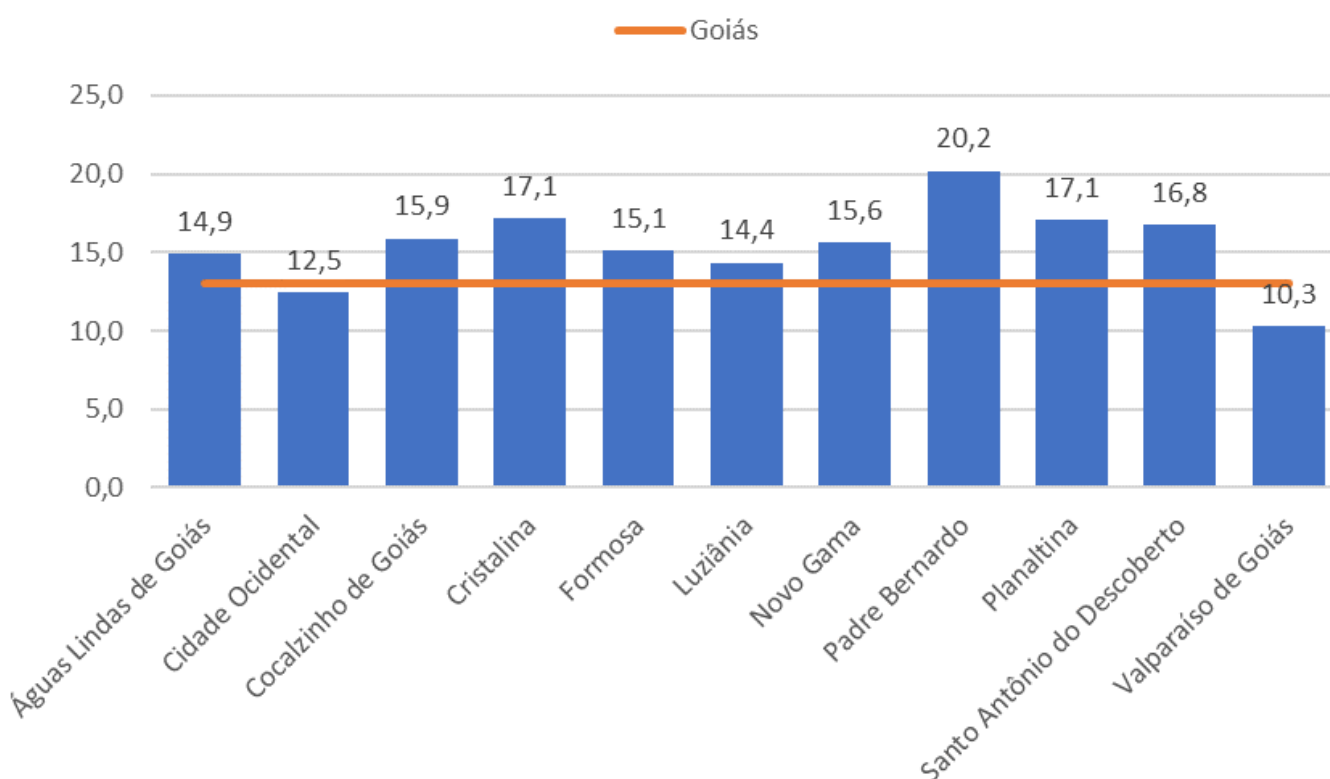
Nota: *Dados preliminares (consulta realizada em 18/05/23)

A gravidez na adolescência aumenta o risco de morbidade e mortalidade materna, bem como traz mais riscos para o recém-nascido. E ainda, a gravidez precoce acarreta prejuízos socioeconômicos, pois afeta o crescimento pessoal e profissional desses jovens, influenciando na sua qualidade de vida (BEZERRA e MATOS (2022). Conforme Pinheiro et al. (2019), é comum o abandono dos estudos para cuidar do filho, reduzindo as probabilidades de escolarização e formação profissional, resultando numa situação que afeta a inserção no mercado de trabalho.

Em 2021, em Goiás, tem-se que 13,0% dos nascimentos de crianças foram de mães com idade menor ou igual a 19 anos. Para a maioria dos municípios da RME a proporção de nascimentos por mães adolescentes é maior que o verificado para o Estado. Valparaíso destaca-se como o município com menor proporção de nascimentos de crianças cujas mães possuíam idade menor ou igual a 19 anos (Figura 4).

Para Santos et al. (2018), citado por Bezerra e Matos (2022), é comum associar a gestação na adolescência a uma baixa adesão ao pré-natal. Dessa forma, a baixa proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal na RME pode estar associada a alta proporção de nascimentos por mães adolescentes.

Figura 4 - Proporção de nascimentos por mães com idade menor ou igual a 19 anos - 2021*

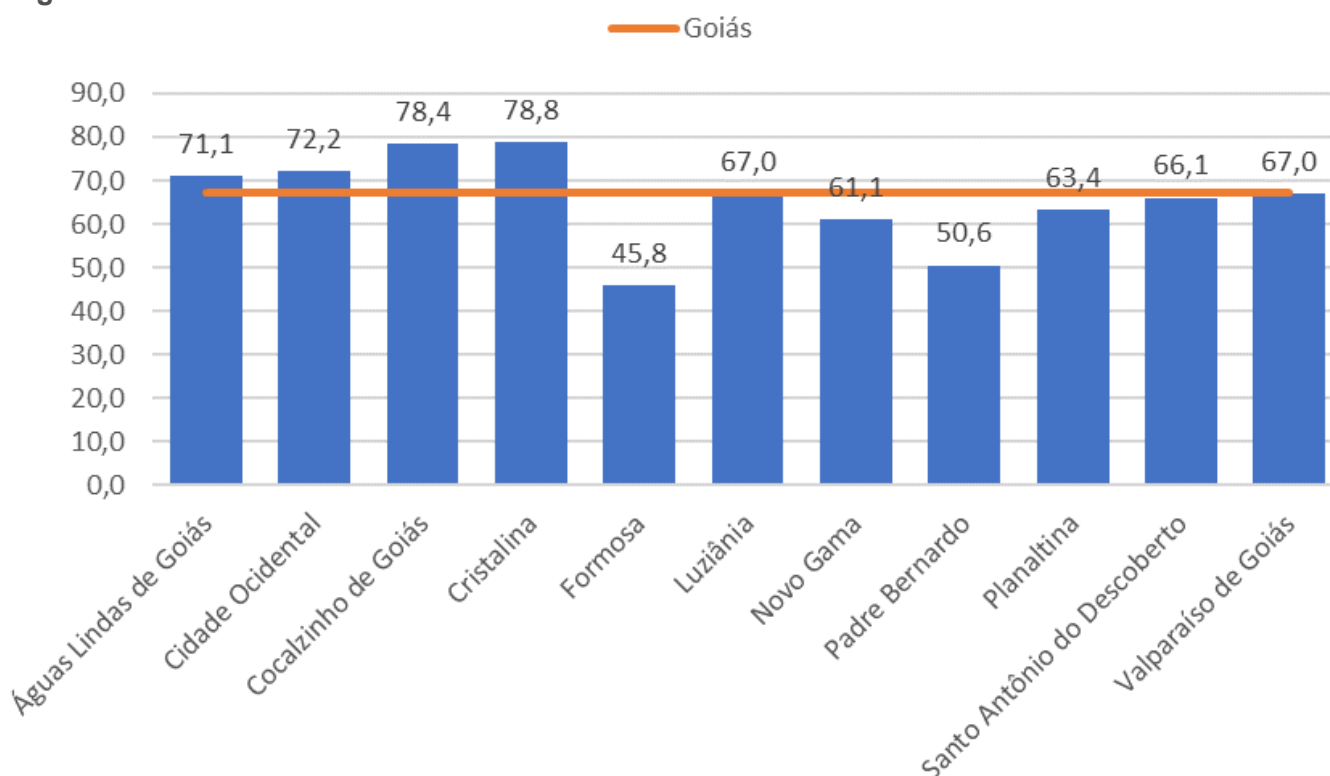


Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Nota: *Dados preliminares (consulta realizada em 18/05/23)

A população brasileira tem acesso gratuito a imunizantes direcionados a crianças, adolescentes, adultos e idosos. Em 2022, o Estado de Goiás obteve cobertura vacinal de 67%. Verifica-se, ainda, que a maioria dos municípios da RME possui cobertura vacinal próxima ao valor observado para o Estado. Apenas os municípios de Formosa (45,8%) e Padre Bernardo (50,6%) possuem valores muito abaixo do obtido pelo Estado (Figura 5).

Figura 5 - Cobertura Vacinal - 2022*



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS)

Nota: *Dados preliminares. Data de atualização dos dados: 07/06/2023

ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO ¹

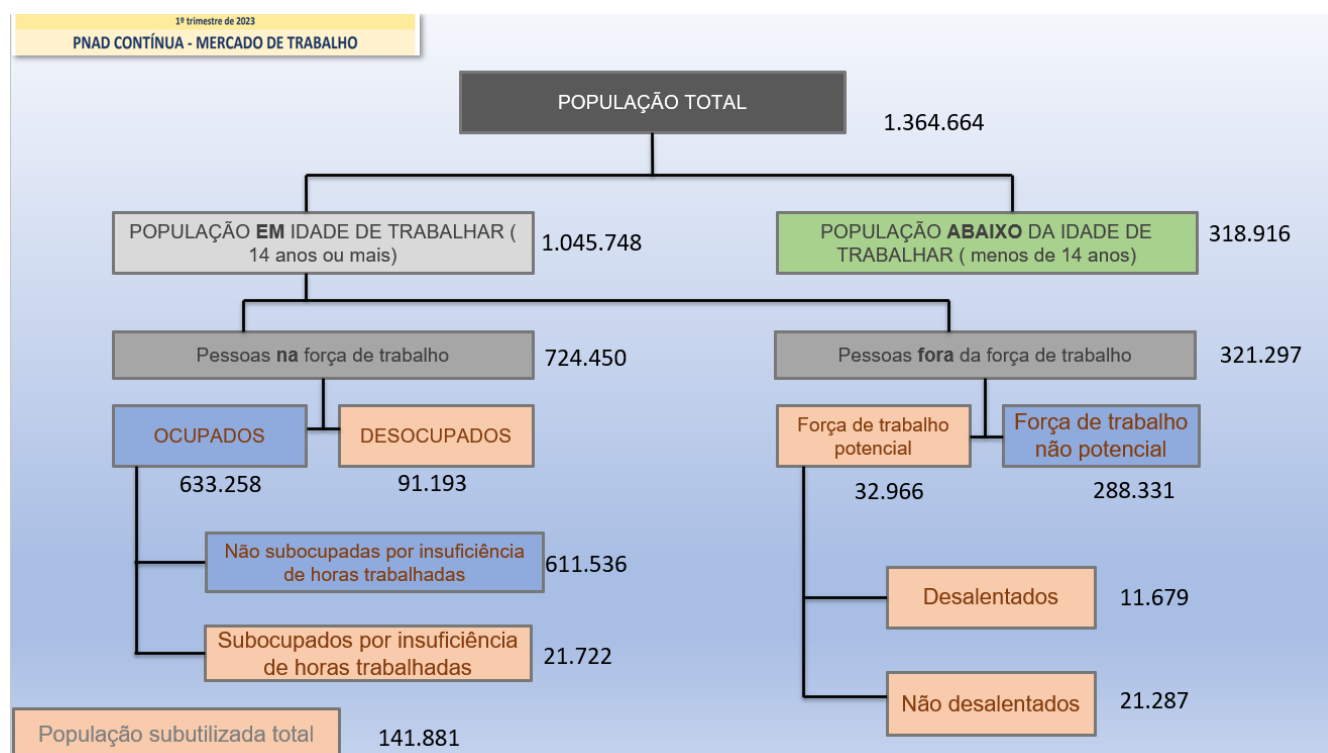
Para o diagnóstico dos aspectos do mercado de trabalho foram considerados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Trata-se de uma pesquisa amostral, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo acompanhar a evolução no curto, médio e longo prazo, da força de trabalho, e outras informações que refletem no

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp163.htm

desenvolvimento socioeconômico do país. Com essa finalidade, a pesquisa foi planejada para gerar indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares. Além disso, sua amostra foi construída de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento, e Municípios das Capitais. Desse modo, essa seção considera a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), devido a indisponibilidade de informações por municípios na PNAD Contínua.

A RIDE apresentou no 1º tri/2023 mais de um milhão de pessoas em idade apta ao trabalho (14 anos ou mais), o que representa 76,6% de toda população da região. Para o mesmo período, a força de trabalho da RIDE era composta por cerca de 725 mil pessoas (69,3% das pessoas em idade apta ao trabalho), com aproximadamente 634 mil pessoas ocupadas (87,4% da força de trabalho). Destaca-se, também, que havia mais de 91 mil pessoas desocupadas e cerca de 22 mil subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, sendo que o último grupo é composto por pessoas que trabalham menos horas que gostariam (Figura 6).

Figura 6 - Fluxos do Mercado de Trabalho - 1º trimestre 2023



Fonte: PNAD Contínua Trimestral

Ao comparar a RIDE com as demais regiões do Estado de Goiás, conforme a Tabela 2, nota-se que a região possui a maior taxa de desocupação (12,7%), quase duas vezes maior que a média do Estado, bem como a maior taxa de informalidade (40,2%). Ainda, a RIDE apresenta taxa de desemprego de longo prazo², percentual de desocupados, com tempo de procura de dois anos ou mais, bem superior às demais regiões do Estado. Já a taxa de desalento (1,6%) está mais próxima do valor verificado para todo o Estado (1,7%).

Tabela 2 - Indicadores do Mercado de Trabalho, 1º trimestre de 2023

Variável	Capital	Região Metropolitana, exceto Capital	RIDE	Resto da UF	Estado de Goiás	
Taxa de Informalidade	32,7%	37,7%	40,2%	38,1%	37,2%	
Desalento	0,9%	0,7%	1,6%	2,6%	1,7%	
Desocupação	5,6%	6,3%	12,6%	5,0%	6,7%	
% de desocupados por tempo de procura	Menos de 1 mês	19,90%	40,40%	20,00%	37,20%	28,60%
	De 1 mês a 1 ano	64,80%	49,00%	56,50%	50,30%	54,90%
	De 1 ano a menos de 2 anos	5,90%	6,10%	11,20%	5,30%	7,6%
	2 anos ou mais	9,40%	4,50%	12,20%	7,20%	8,90%

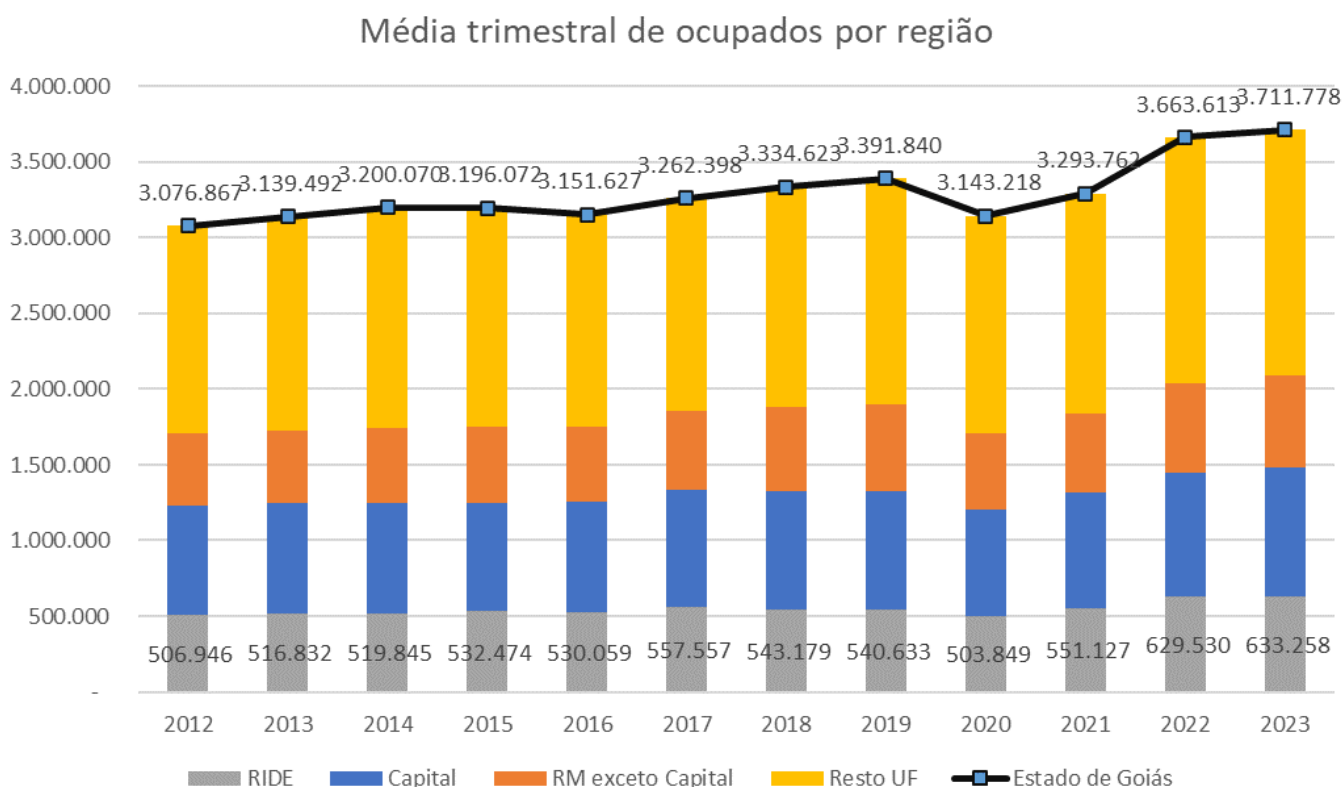
Fonte: PNAD Contínua Trimestral

A Figura 7 apresenta a média trimestral de ocupados do Estado de Goiás por região, entre 2012 e 2023. Como observado em todas as regiões do Estado, no ano de 2020 o recuo do número de ocupados na RIDE foi mais acentuado, como consequência da pandemia de Covid-19. Contudo, em 2021,

² <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2022/TDLP.pdf>

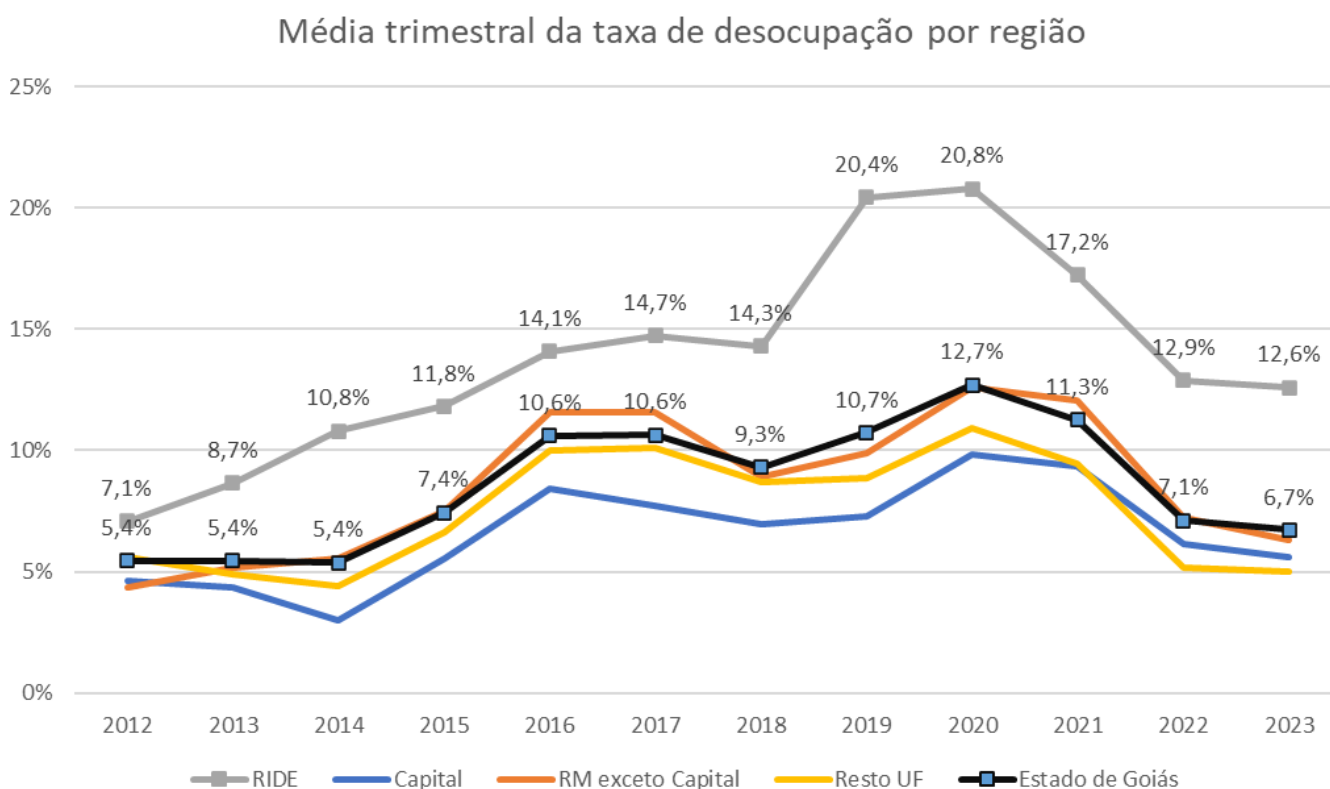
é retomado o crescimento do número de pessoas ocupadas, com forte aceleração em 2022. O ano de 2023 já começou com bons resultados, pois apresentou o maior número de ocupados da série histórica, conforme ocorreu para todo o Estado de Goiás.

Figura 7 - Média trimestral de ocupados por região - 2012 a 2023*



Fonte: PNAD Contínua Trimestral

A Figura 8 ilustra a média trimestral da taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, por região para os anos de 2012 a 2023. Nota-se que a RIDE experimenta uma taxa de desemprego superior às demais regiões do Estado por toda a série histórica. Contudo, é importante destacar que o indicador tem apresentado queda a partir de 2020. Além disso, o ano de 2023 já começou com um bom resultado, pois observa-se a menor taxa de desemprego para RIDE desde 2016.

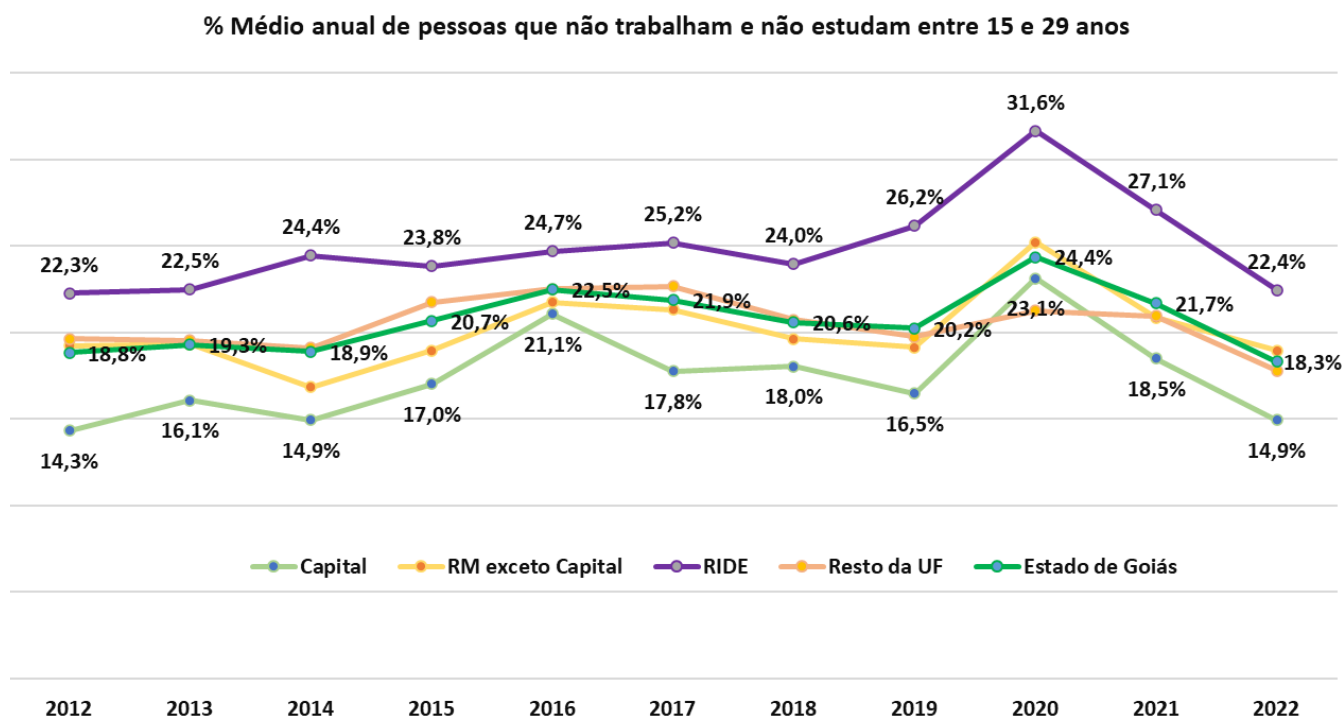
Figura 8 - Média trimestral da taxa de desocupação por região - 2012 a 2023

Fonte: PNAD Contínua Trimestral

O termo “nem-nem” se refere à população jovem que não trabalha e não estuda, ou seja, que não possui vínculos formais com o mercado de trabalho e com o sistema educacional³. Os “nem-nem” também englobam aqueles que não estão buscando emprego ou capacitação profissional. A ausência de vínculos desta parcela da população tem repercussões negativas para a produtividade e o crescimento econômico.

Do mesmo modo que foi observado para a taxa de desocupação, o percentual de jovens “nem-nem” da RIDE é superior às demais regiões do Estado para toda a série histórica, com o pico ocorrendo em 2020, possivelmente impulsionado pela pandemia de Covid-19. No entanto, após o choque causado pela pandemia, o indicador apresenta queda sendo o resultado de 2022 o segundo menor de toda a série histórica (Figura 9).

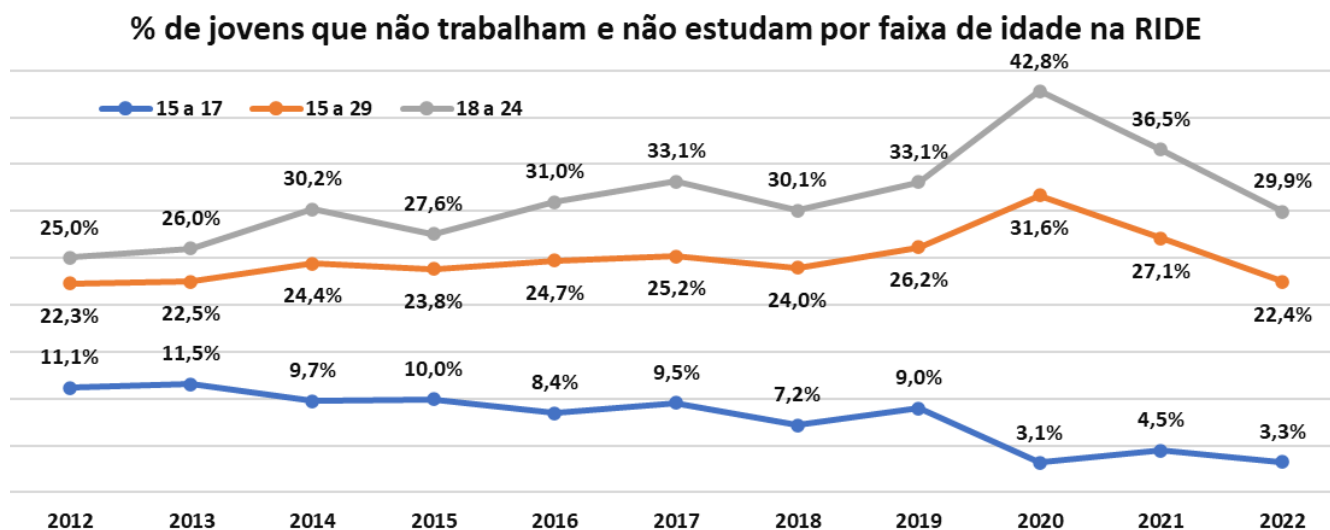
³ Para mais informações acessar: <https://www.imb.go.gov.br/files/estudos/005-estudo-jovens-que-nao-trabalham.pdf>

Figura 9 - Percentual médio de pessoas que não trabalham e não estudam entre 15 e 29 anos - 2012 a 2022

Fonte: PNAD Contínua Trimestral

A Figura 10 compara os percentuais de jovens “nem-nem” por diferentes faixas etárias. Nota-se que os maiores percentuais são verificados para as pessoas de 18 a 24 anos, faixa etária em que os jovens deveriam estar no ensino superior. Já a faixa etária destinada para cursar o ensino médio apresenta os menores percentuais. Destaca-se que esse último grupo tem obtido os menores percentuais da série histórica nos últimos três anos. Esse pode ser um reflexo das políticas públicas do governo estadual de retenção e combate à evasão escolar, tais como o Programa Bolsa Estudo e Passe Livre Estudantil. Também, se faz importante destacar outras políticas de qualificação profissional, como o Programa Aprendiz do Futuro, a CNH-Social e o Programa Universitário do Bem.

Figura 10 - Percentual de jovens que não trabalham e não estudam por faixa de idade na RIDE - 2012 a 2022

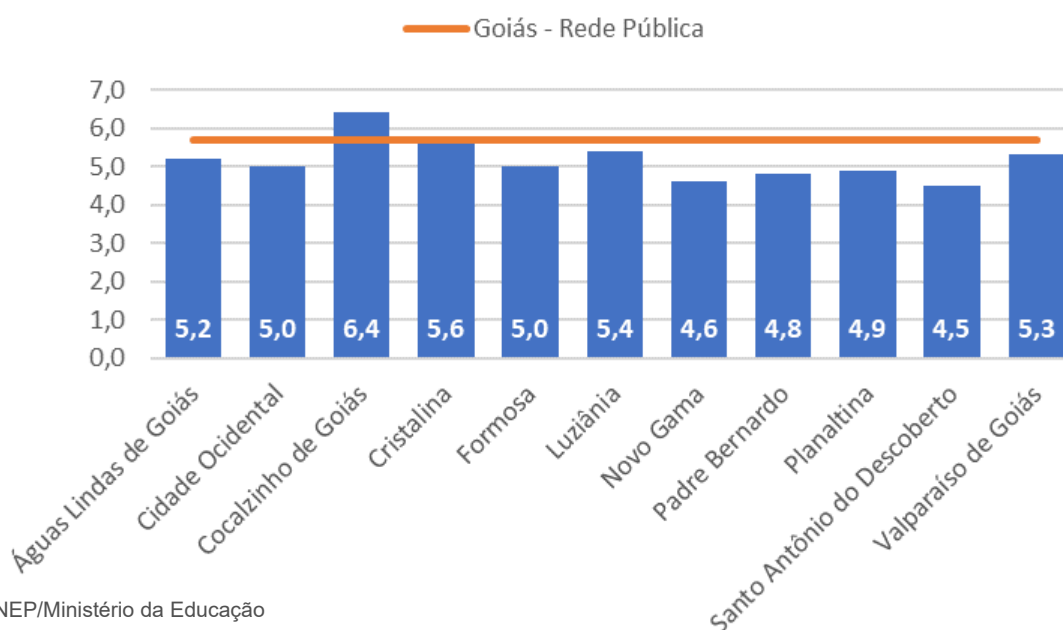


Fonte: PNAD Contínua Trimestral

ASPECTOS EDUCACIONAIS

Na educação, Figura 11, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública revela que apenas o município de Cocalzinho de Goiás (6,4) tem desempenho superior à média estadual (5,7).

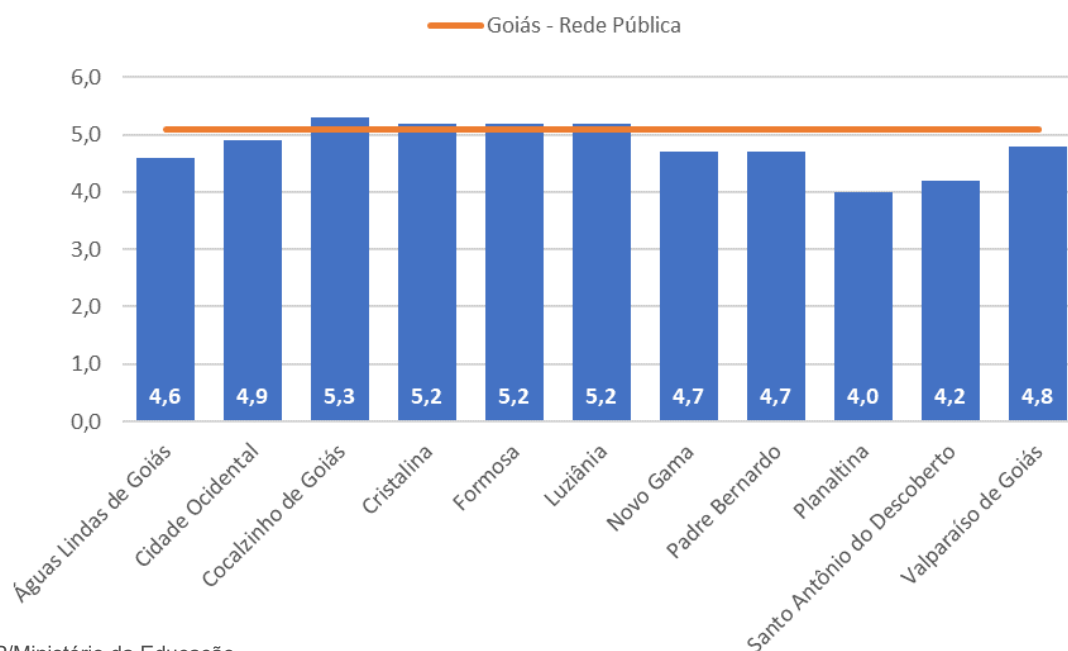
Figura 11 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Iniciais (2021)



Fonte: INEP/Ministério da Educação

Ao passo que, Figura 12, para o IDEB dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Pública, quatro municípios possuem desempenho superior à média estadual (5,1), sendo esses Cocalzinho de Goiás (5,3), Cristalina (5,2), Formosa (5,2) e Luziânia (5,2).

Figura 12 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Finais (2021)



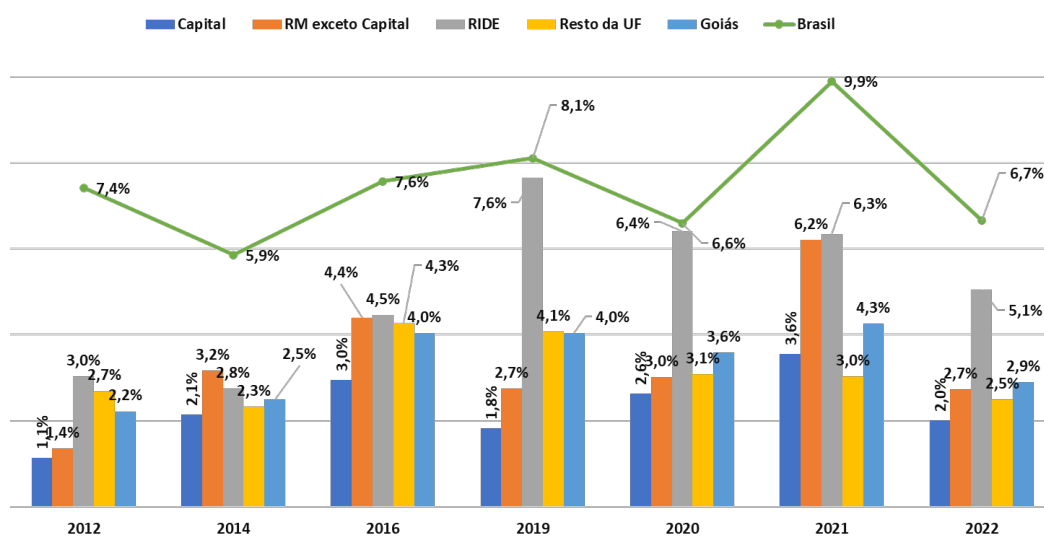
Fonte: INEP/Ministério da Educação

ASPECTOS SOCIAIS

Para o diagnóstico dos aspectos sociais foram considerados os dados da PNAD Contínua. Desse modo, nesta seção considera-se a RIDE para análise de dados, conforme feito para os aspectos do mercado de trabalho, devido a indisponibilidade de informações por municípios na PNAD Contínua.

No que diz respeito à pobreza, a Figura 13 apresenta o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$218. Nota-se que para todo o período analisado, o percentual de pobres na RIDE é superior ao valor observado para todo o Estado, contudo os valores são inferiores aos obtidos para o Brasil como um todo. Destaca-se que o percentual de pessoas na pobreza na RIDE está em queda desde 2020.

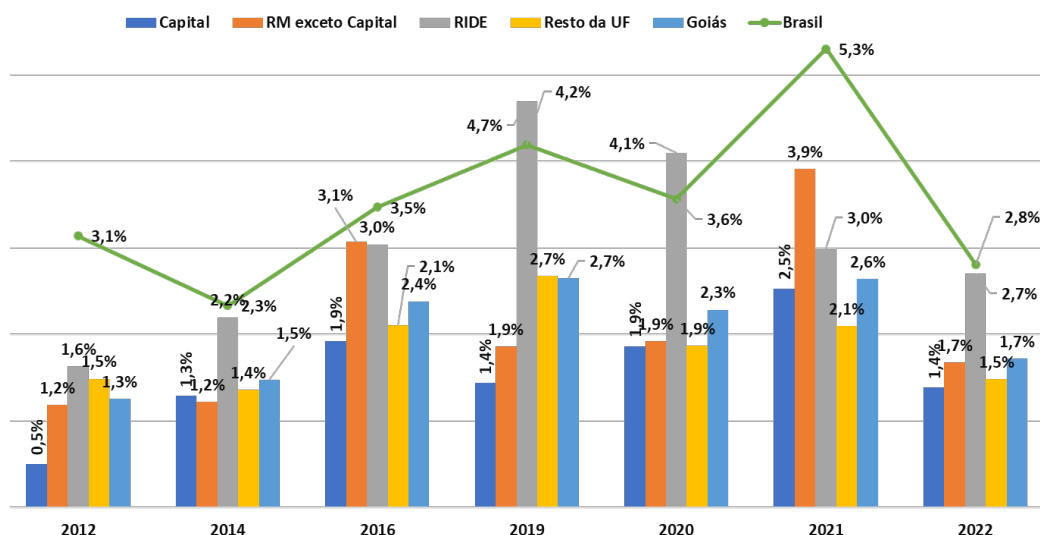
Figura 13 - Percentual de pessoas na pobreza (renda domiciliar per capita inferior ou igual a R\$218) entre 2012 a 2022.



Fonte: PNAD Contínua Anual de 2022
Rendimentos deflacionados a preços médios de 2022

Em relação à situação de extrema vulnerabilidade social (extrema pobreza), a Figura 14 apresenta o percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$109. Verifica-se, ainda, que a RIDE experimenta valores acima da média estadual para todo o período analisado, inclusive, em alguns anos, apresenta valores acima da média nacional, a citar 2019 e 2020. Todavia, é importante destacar que o percentual de pessoas na extrema pobreza para região está em queda desde 2020.

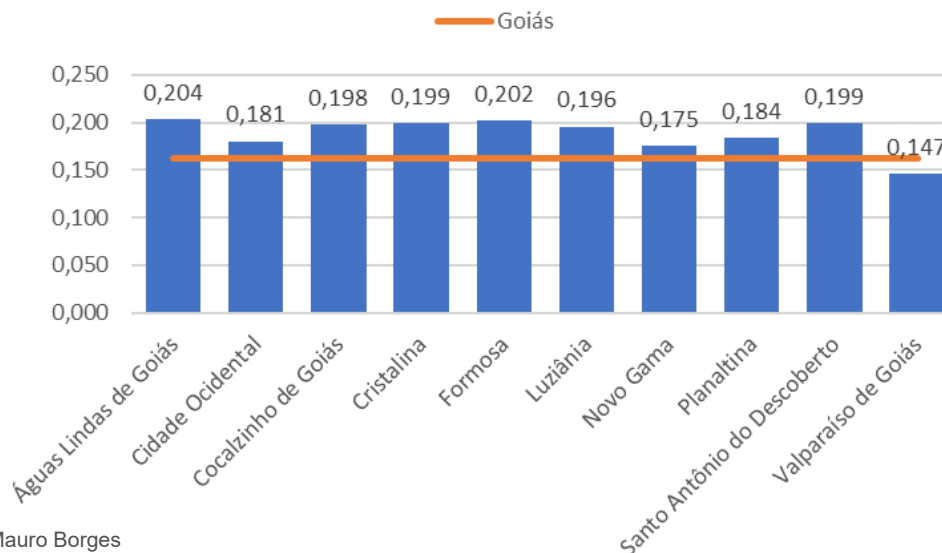
Figura 14 - Percentual de pessoas na extrema pobreza (renda domiciliar per capita inferior ou igual a R\$109) entre 2012 a 2022.



Fonte: PNAD Contínua Anual de 2022
Rendimentos deflacionados a preços médios de 2022

No tocante ao Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF), apenas o município de Valparaíso de Goiás apresentou valor inferior à média goiana. Ou seja, todo o restante possui carência superior à média estadual (Figura 15).

Figura 15 - Índice Multidimensional de Carência das Famílias - dez/2022.

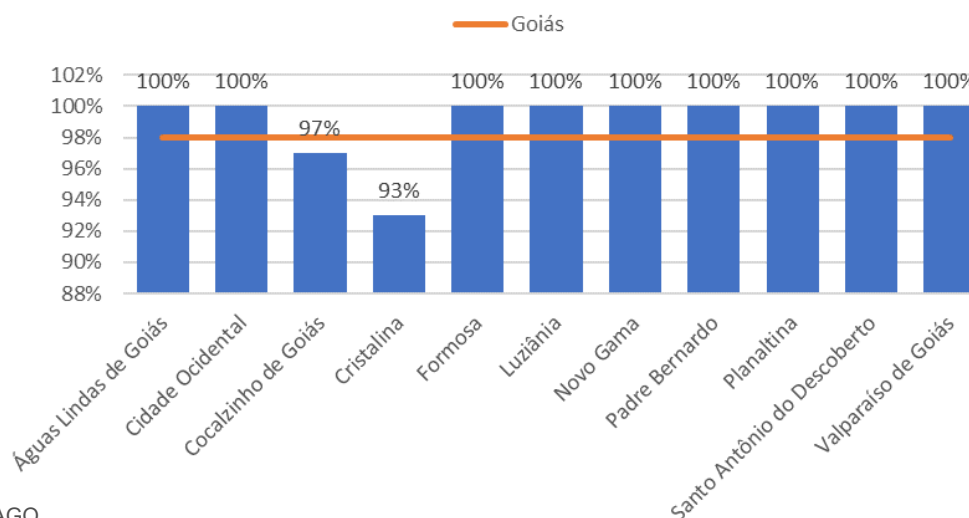


Fonte: Instituto Mauro Borges

ASPECTOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Por meio da Figura 16, nota-se que na maioria dos municípios da RME toda população urbana é atendida com abastecimento de água. Em média, 98% da população goiana é atendida com abastecimento de água. Dessa forma, apenas as populações de Cristalina (93%) e Cocalzinho de Goiás (97%) estão abaixo da média estadual.

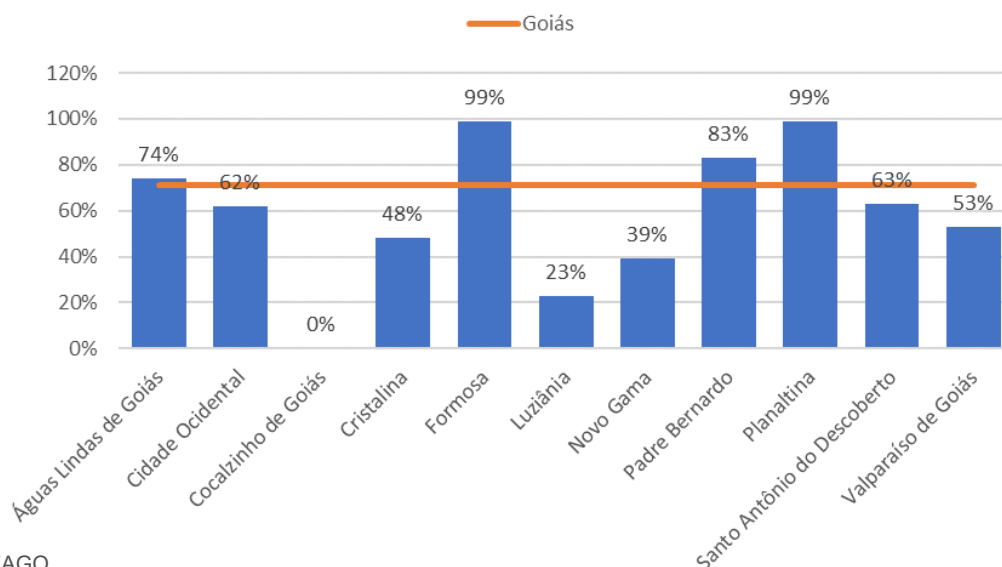
Figura 16 - Percentual da população urbana atendida com água - 2022.



Fonte: SANEAGO

Por outro lado, a maioria dos municípios da RME possuem percentual da população urbana atendida com esgoto abaixo da média estadual (71%). Destaca-se Cocalzinho de Goiás (0%), Luziânia (23%) e Novo Gama (39%) com os menores percentuais, e Formosa (99%), Planaltina (99%) e Padre Bernardo (83%) com os maiores percentuais (Figura 17).

Figura 17 - Percentual da população urbana atendida com esgoto - 2022



A destinação final dos resíduos sólidos é um fator relevante do saneamento básico. A Tabela 3 apresenta as informações relacionadas à destinação e ao quantitativo de resíduos sólidos. As unidades de destino dos resíduos sólidos disponíveis nos municípios são lixões, unidades de triagem, aterros sanitários e aterros controlados. Dentre esses destinos, o aterro sanitário é o mais adequado.

Em relação aos 11 municípios analisados da RME, seis deles tem o lixão como destino dos resíduos sólidos, sendo esses os municípios de Águas Lindas de Goiás, Cristalina, Formosa, Nova Gama, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto. Destaca-se que todos os municípios têm população acima de 50 mil habitantes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) esses municípios devem extinguir essa prática até agosto de 2023.

Dentre o total de resíduos sólidos gerados na região, 46% são destinados aos lixões, 25% são destinados ao aterro sanitário, 15% são destinados aos aterros controlados e 13% são destinados a uma unidade de triagem. Ressalta-se que, em agosto de 2024, a PNRS prevê que todos os lixões e aterros controlados sejam desmobilizados no Brasil.

Além disso, existem municípios da região que possuem mais de uma unidade de destino dos resíduos sólidos. Na região, a principal unidade operadora da coleta desses resíduos sólidos é composta pelas prefeituras ou Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), sendo 63% dos municípios.

Tabela 3 - Destinação dos resíduos sólidos - 2021

Municípios de origem dos resíduos	Município	Quantidade total de resíduos (tonelada)	Tipo de unidade	Operador da unidade
Águas Lindas de Goiás	Águas Lindas de Goiás	1.038	Unidade de triagem	Associação de catadores
Águas Lindas de Goiás	Águas Lindas de Goiás	57.600	Lixão	Empresa privada
Cidade Ocidental	Cidade Ocidental	50.193	Aterro sanitário	Empresa privada
Valparaíso de Goiás	Cidade Ocidental	57.522	Aterro sanitário	Empresa privada
Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás	3.855	Aterro controlado	Prefeitura ou SLU
Cocalzinho de Goiás	Cocalzinho de Goiás	63	Unidade de triagem	Prefeitura ou SLU
Cristalina	Cristalina	7.000	Lixão	Prefeitura ou SLU
Formosa	Formosa	54.321	Lixão	Empresa privada
Formosa	Formosa	54.278	Unidade de triagem	Associação de catadores
Luziânia	Luziânia	57.149	Aterro controlado	Prefeitura ou SLU
Novo Gama	Novo Gama	20.000	Lixão	Prefeitura ou SLU
Padre Bernardo	Padre Bernardo	4.941	Aterro controlado	Prefeitura ou SLU
Planaltina	Planaltina	18.000	Lixão	Prefeitura ou SLU
Santo Antônio do Descoberto	Santo Antônio do Descoberto	42.006	Lixão	Empresa privada
Santo Antônio do Descoberto	Santo Antônio do Descoberto	54	Unidade de triagem	Associação de catadores

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

ASPECTO FISCAL DOS MUNICÍPIOS

A Capacidade de Pagamento (CAPAG) representa risco de crédito para o Tesouro Nacional dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União de acordo com sua situação fiscal. A metodologia do cálculo foi apresentada na Portaria ME nº 5.623, de 22 de junho de 2022, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Desta forma, a saúde fiscal do Estado ou Município é avaliada pelo grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa. A classificação final da capacidade de pagamento do ente será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores feita nos termos do disposto no art. 3º da Portaria ME nº 5.623, conforme a Tabela 5 (apresentada no Anexo).

Por meio da Tabela 4, nota-se que a maioria dos municípios da RME possui CAPAG com conceito C. Do mesmo modo, a maioria dos municípios do Estado de Goiás possui conceito C (30,9%), seguindo pelo conceito B (30,9%) e conceito A (14,2%), como pode ser visto na Figura 18 (apresentada no Anexo).

Tabela 4 - Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos Municípios da RME - 2021

Municípios	CAPAG
Águas Lindas de Goiás	n.d
Cidade Ocidental	A
Cocalzinho de Goiás	B
Cristalina	C
Formosa	C
Luziânia	C
Novo Gama	B
Padre Bernardo	C
Planaltina	B
Santo Antônio do Descoberto	C
Valparaíso de Goiás	n.d

Fonte: Tesouro Nacional

FLUXO COM O DISTRITO FEDERAL

As grandes aglomerações urbanas são caracterizadas por diferentes conexões espaciais e interdependências econômicas complexas. Diante desse cenário, a fragmentação administrativa das cidades que integram essas aglomerações pode gerar entraves ao seu bom funcionamento; um grande número de municípios tende a dificultar a coordenação de políticas entre os governos locais. Um exemplo são as políticas de infraestrutura e transporte urbano. O alto nível de integração entre as regiões cria necessidades de deslocamento da população, seja para chegar ao trabalho ou para ter acesso aos mais diversos serviços, o que demanda uma rede de transporte integrada e bem coordenada.

Os municípios da RME são um claro exemplo dessa dinâmica de integração que consiste em um dos principais fatores que suscitaram a proposta de criação da área metropolitana. Cruz, Rosa e Araújo (2020) apresentam dados de fluxos socioeconômicos entre os municípios e desses para o Distrito Federal, com base em informações da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios

(PMAD) dos anos de 2017 e 2018, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Os autores evidenciam em especial as interações de trabalho, migração, educação, saúde e consumo de bens:

i) estimam-se 173.313 trabalhadores se deslocando diariamente, representando 41,8% das pessoas ocupadas da região;

ii) foram atendidas pelos serviços de saúde no Distrito Federal 271.562 pessoas advindas dos municípios da RME (26% da população local da RME);

iii) estudam na rede pública do Distrito Federal 20.348 pessoas (8,7%); e

iv) o agregado do fluxo de consumo entre alimentos, vestuário, cultura/lazer, eletrodomésticos e outros bens e serviços atinge o total de 201.678 pessoas/ano.

Alguns municípios em particular apresentam um alto grau de interação. Em Novo Gama, cerca de 66% da população local utiliza os serviços de hospital e postos de saúde do Distrito Federal e 57,4% da população ocupada trabalha no Estado. Em Águas Lindas de Goiás, esse percentual é de 59%. Tais números evidenciam uma clara relação metropolitana na região, o que demanda uma governança capaz de atender esses fluxos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto tem o propósito de revelar os possíveis impactos socioeconômicos decorrentes da criação de uma região metropolitana no Entorno do Distrito Federal. Essa medida constitui uma das primeiras etapas na busca por soluções para os problemas históricos enfrentados pela região, em especial a gestão do transporte público interestadual. Essa integração requer uma atuação coordenada dos entes federativos envolvidos, em um esforço de gestão compartilhada.

No entanto, os desafios enfrentados pela região não se limitam apenas à mobilidade urbana. Com base em evidências teóricas e empíricas presentes na literatura, foram identificados os principais benefícios econômicos gerados por uma governança metropolitana a longo prazo, dentre os quais se destaca o aumento da produtividade e da geração de renda.

Outro enfoque deste texto é a realização de um diagnóstico socioeconômico dos municípios pertencentes a essa região e, quando possível, a comparação com outras regiões do Estado. Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria dos municípios da Região Metropolitana possui um Produto Interno Bruto (PIB) per capita inferior à média estadual e sua economia possui grande dependência da administração pública.

No que diz respeito à saúde pública, os resultados evidenciaram que a maioria dos municípios da Região Metropolitana possui percentuais de mães de recém-nascidos que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal abaixo da média estadual. Além disso, a proporção de nascimentos por mães adolescentes é maior na maioria desses municípios em relação ao Estado. Quanto à mortalidade infantil, observam-se grandes disparidades entre os municípios dessa região, de modo que alguns apresentaram taxas comparáveis às regiões Norte e Nordeste, que têm as maiores taxas do país, enquanto outros registram taxas próximas às do Sul, que possuem as menores taxas.

No mercado de trabalho, ao comparar a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) com outras regiões do Estado de Goiás, constata-se que essa possui a maior taxa de desocupação (12,7%), a maior taxa de informalidade (40,2%) e uma taxa de desemprego de longo prazo significativamente superior às demais regiões do Estado. Além disso, o percentual de jovens que não estudam nem trabalham na RIDE é superior ao das outras regiões do Estado. No entanto, é possível observar que os resultados do mercado de trabalho têm apresentado melhorias desde 2021, alcançando, em 2023, o maior número de ocupados da série histórica e a menor taxa de desemprego desde 2016. Em 2022, o percentual de jovens que não estudam nem trabalham foi o segundo menor de toda a série histórica.

No campo da educação, a maioria dos municípios apresenta desempenho inferior à média estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental, tanto nos anos

iniciais quanto nos anos finais. No que se refere aos indicadores sociais, ou seja, a taxa de pobreza e de extrema pobreza, verifica-se que, ao longo de todo o período analisado, os percentuais de pessoas nessas situações são superiores à média observada em todo o Estado. No entanto, é importante destacar que esses percentuais vêm diminuindo desde 2020. O Índice Multidimensional de Carência das Famílias (IMCF) também mostra que a maioria dos municípios da Região Metropolitana possui níveis de carência superiores à média estadual.

No que tange aos aspectos de saneamento básico, os municípios da Região Metropolitana obtêm bons resultados no abastecimento de água. Por outro lado, a cobertura de saneamento básico, em termos de esgotamento sanitário, é inferior à média estadual na maioria desses municípios. Além disso, muitos municípios têm os lixões como destino principal de seus resíduos sólidos. Quanto aos aspectos fiscais, observa-se que a maioria dos municípios da Região Metropolitana possui a Capacidade de Pagamento (CAPAG) classificada como C, o que também é verdade para a maioria dos municípios do Estado.

Destaca-se, ainda, que os dados sobre os fluxos socioeconômicos entre os municípios da Região Metropolitana e o Distrito Federal são significativos. Estima-se que 173.313 trabalhadores se desloquem diariamente, 271.562 pessoas recebam atendimento médico no Distrito Federal, 20.348 pessoas estudem em escolas públicas do Distrito Federal e o total de pessoas/ano envolvidas no consumo de alimentos, vestuário, cultura/lazer, eletrodomésticos e outros bens e serviços atinja a marca de 201.678.

Por fim, esses resultados demonstram que os desafios são consideráveis para a Região Metropolitana. No entanto, por meio de uma atuação coordenada dos entes federativos envolvidos, num esforço de gestão compartilhada, a governança metropolitana a longo prazo pode resultar no aumento da produtividade e da geração de renda. Portanto, a criação da Região Metropolitana realizada pela atual gestão pode gerar uma série de benefícios econômicos para seus habitantes, impulsionando um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Ahrend, R, E Farchy, I Kaplanis and A C Lembcke (2014) "What makes cities more productive? Evidence on the role of urban governance from five OECD countries", OECD Regional Development Working Papers, No. 2014/05, OECD Publishing, Paris.

Ahrend, R., Lembcke, A., & Schumann, A. (2016). Why metropolitan governance matters a lot more than you think. Vox CEPR Policy Portal.

Bezerra, T.M; Matos, C.C. (2022). Impactos da gravidez na adolescência no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28381>

Cruz, B.O.; Rosa, T.M.; Araújo, L.R.C (2020). Área Metropolitana de Brasília e Quantificação de Fluxos a partir de pesquisas domiciliares. *Boletim regional, urbano e ambiental*. n.22, p. 83-99. IPEA.

Marshall, A. (1920), *Principles of Economics* (London: MacMillan)

Pinheiro, Y. T., Pereira, N. H., & Freitas, G. D. M. (2019). Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Colet.*, 27 (4), 363-367, Rio de Janeiro, RJ.

Santos, L. A. V., Lara, M. O., Lima, R. C. R., Rocha, A. F., Rocha, E. M., Glória, J. C. R., & Ribeiro, G. C. (2018). História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas em uma maternidade do interior de Minas Gerais, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 617-625. DOI: 10.1590/1413-81232018232.10962016.

Van Maarseveen, R. (2021). The effect of childhood urban residency on earnings: Evidence from Brazil. Available at SSRN 3859527.

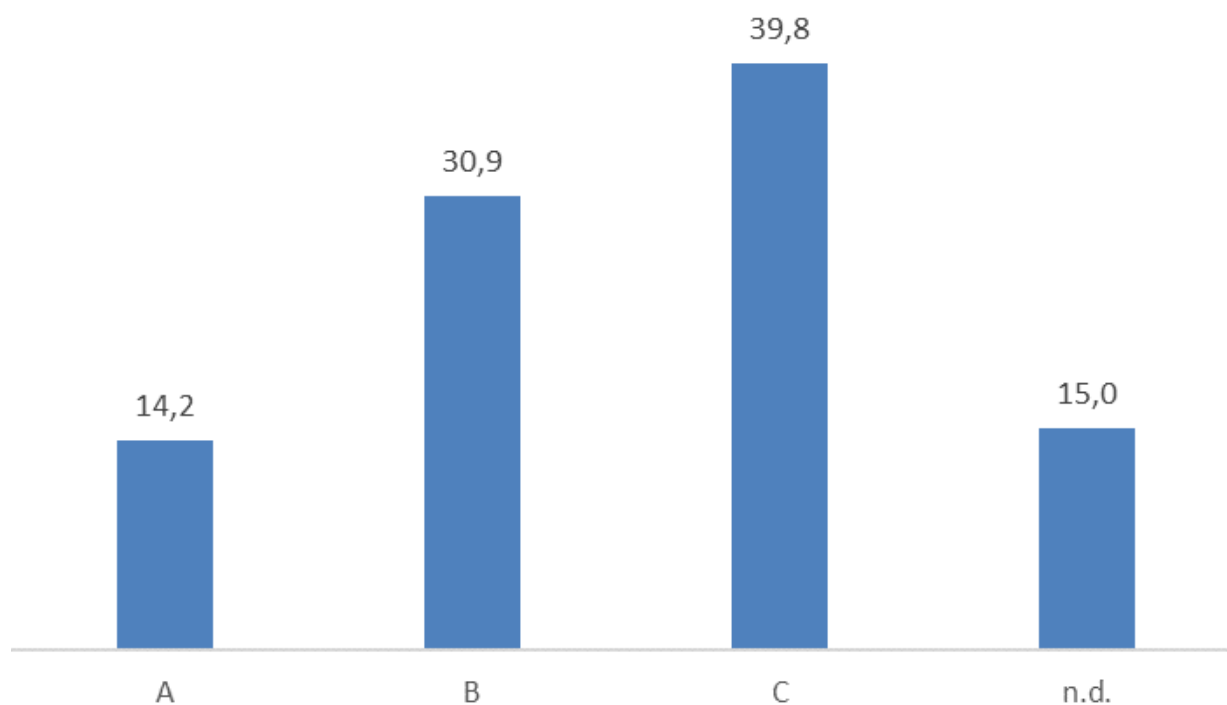
ANEXO

Tabela 5 - Definição da classificação final da capacidade de pagamento do ente

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

Fonte: Portaria me nº 5.623, de 22 de junho de 2022

Tabela 18 - Percentual de municípios do Estado de Goiás de acordo com a Capacidade de Pagamento



Fonte: Tesouro Nacional

